



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

16º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com competência em matéria cível e previdenciária

Juiz Federal Titular: Dr. Gustavo Arruda Macedo

Juíza Federal Substituta: Dr^a. Renata Cisne Cid Volotão

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 05 a 09 de dezembro de 2016, a correição ordinária eletrônica do 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das metas do CNJ;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
3. Verificar o processo nº 0032333-60.2012.4.02.5151, remetido a órgãos externos e com prazo vencido;
4. Regularizar os processos suspensos;
5. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo ‘tipo’, no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;
6. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.^o 12.057/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 02/09/2016, e Portarias PR-RJ n.^o 1102 e 1103, de 02/09/2016, o Procurador da República Dr. Claudio Gheventer foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.^o 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2^a Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2^a Região)

Divisão dos processos: os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares e, à Juíza Substituta, os ímpares.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

. Titular: Dr. Gustavo Arruda Macedo, em exercício desde 07/01/2015 (TRF2-ATP-2014/00653).

. Substituto: Dr^a Renata Cisne Cid Volotão, em exercício desde 14/05/2015 (TRF2-ATP-2015/00266).

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 10

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 00

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

| Acervo Juizados | Correição dezembro/2016 |
|----------------------------|-------------------------|
| Total | 1.354 |
| Suspensos | 277 |
| Tramitação ajustada | 1.077 |



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Fonte: Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de dezembro de 2015 a novembro de 2016, extraído em 30/11/2016.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/12/2015 a 30/11/2016):

| Complemento de Intimação | Quantidade de Atos | Percentual Quant. / Total | Tempo Médio Conc. - Intim. (dias) |
|--------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Despacho | 4.348 | 60,96 | 03 |
| Decisão | 1.049 | 14,71 | 04 |
| Sentença | 1.736 | 24,34 | 07 |
| Total Geral | 7.133 | 100,00 | 04 |

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/12/2016.

**→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).**

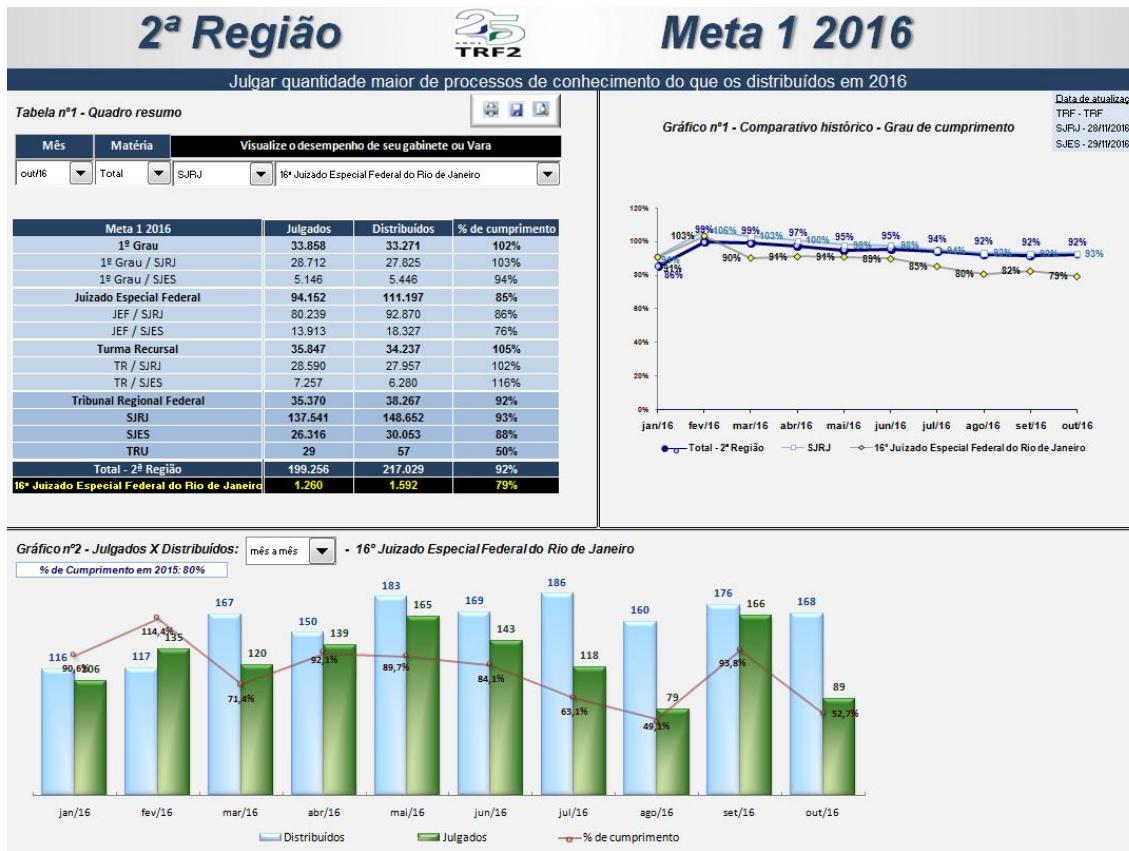
META 1/2016 - Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a outubro de 2016, foram distribuídos para o órgão correionado 1.592 processos e foram julgados 1.260 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 79%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



(quadro resumo atualizado até 28/11/2016)

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas do TRF da 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

META 2/2016 - Julgar processos mais antigos.

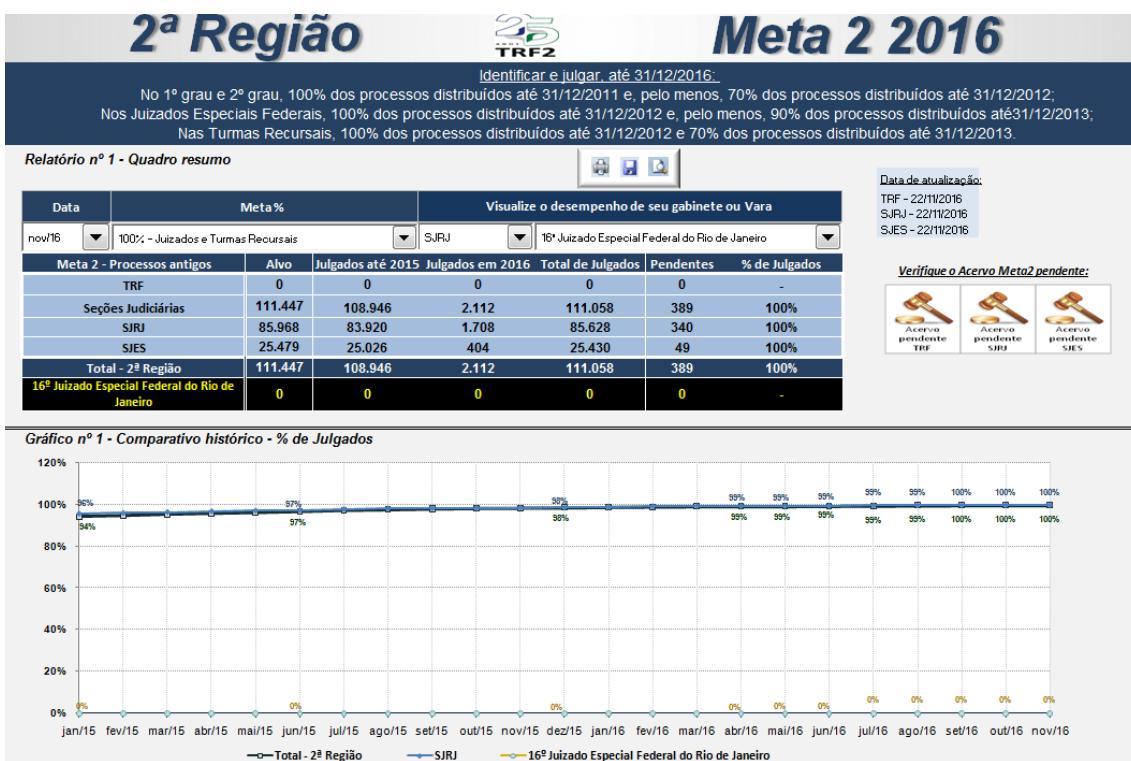
Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

1- Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a novembro de 2016, não há dados a serem relatados, conforme a seguir se verifica.



(quadro resumo atualizado até 22 de novembro de 2016)

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a novembro de 2016, o órgão correicionado cumpriu 100% da meta, não havendo processo pendente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região

Meta 2 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016:

No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;

Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;

Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

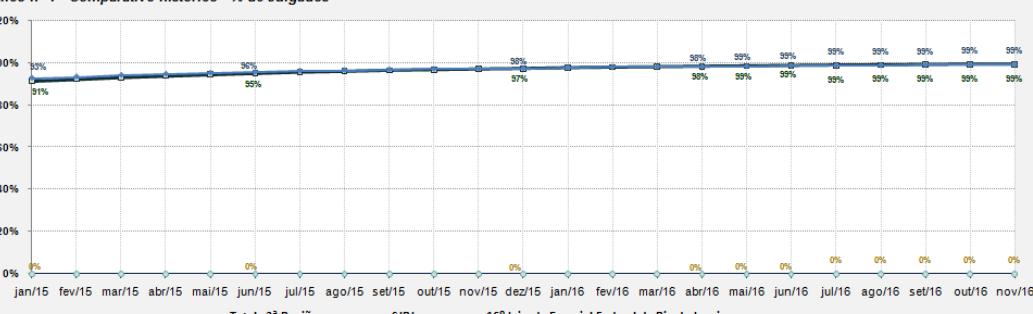
Relatório nº 1 - Quadro resumo

| Data | Meta % | | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara | | | |
|---|----------------|-------------------|--|-------------------|------------|---------------|
| nov/16 | 90% - Juizados | SJRU | 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro | | | |
| Meta 2 - Processos antigos | Alvo | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados |
| TRF | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - |
| Seções Judicícias | 138.492 | 134.071 | 3.540 | 137.611 | 881 | 99% |
| SJRU | 110.682 | 107.220 | 2.769 | 109.989 | 693 | 99% |
| SJES | 27.810 | 26.851 | 771 | 27.622 | 188 | 99% |
| Total - 2ª Região | 138.492 | 134.071 | 3.540 | 137.611 | 881 | 99% |
| 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 100% |

Data de atualização:
TRF - 22/11/2016
SJRU - 22/11/2016
SJES - 22/11/2016

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Gráfico nº 1 - Comparativo histórico - % de Julgados



(quadro resumo atualizado até 22 de novembro de 2016)

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas do TRF da 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

META 3/2016 - Aumentar os casos solucionados por conciliação.

Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

2^a Região



Meta 3 2016

Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior

Tabela n°1 - Quadro resumo

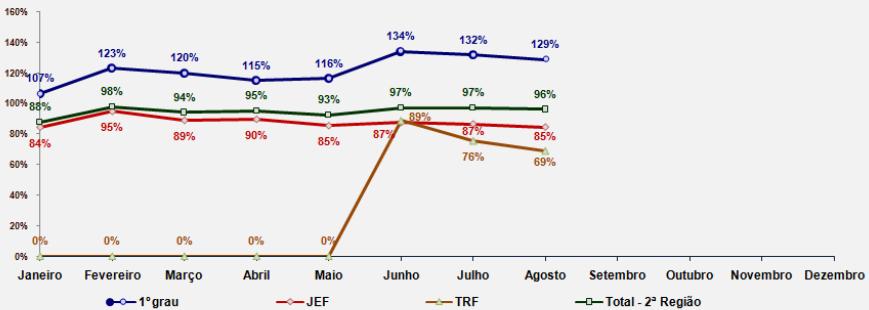


Atualização: Agosto/2016

| Meta 3 2016 | 2015 | | | 2016 | | | % de cumprimento |
|-------------------------------|--------------|------------------------------|--------------------------|--------------|------------------------------|--------------------------|------------------|
| | Distribuídos | Conciliações pré-processuais | Conciliações processuais | Distribuídos | Conciliações pré-processuais | Conciliações processuais | |
| 1º grau | 44.615 | 0 | 1.522 | 27.140 | 0 | 1.192 | 129% |
| JEF | 117.077 | 1.107 | 11.939 | 86.855 | 1.327 | 6.853 | 85% |
| TRF | 52.766 | 0 | 25 | 30.595 | 0 | 10 | 69% |
| Turma Recursal | 42.816 | 0 | 0 | 27.168 | 0 | 0 | - |
| Total - 2 ^a Região | 257.274 | 1.107 | 13.486 | 171.758 | 1.327 | 8.055 | 96% |

Gráfico n°1 - Acompanhamento mensal:

Acumulado ▾



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas do TRF da 2^a Região, link CNJ, de 30/11/2016.

META 4/2016 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

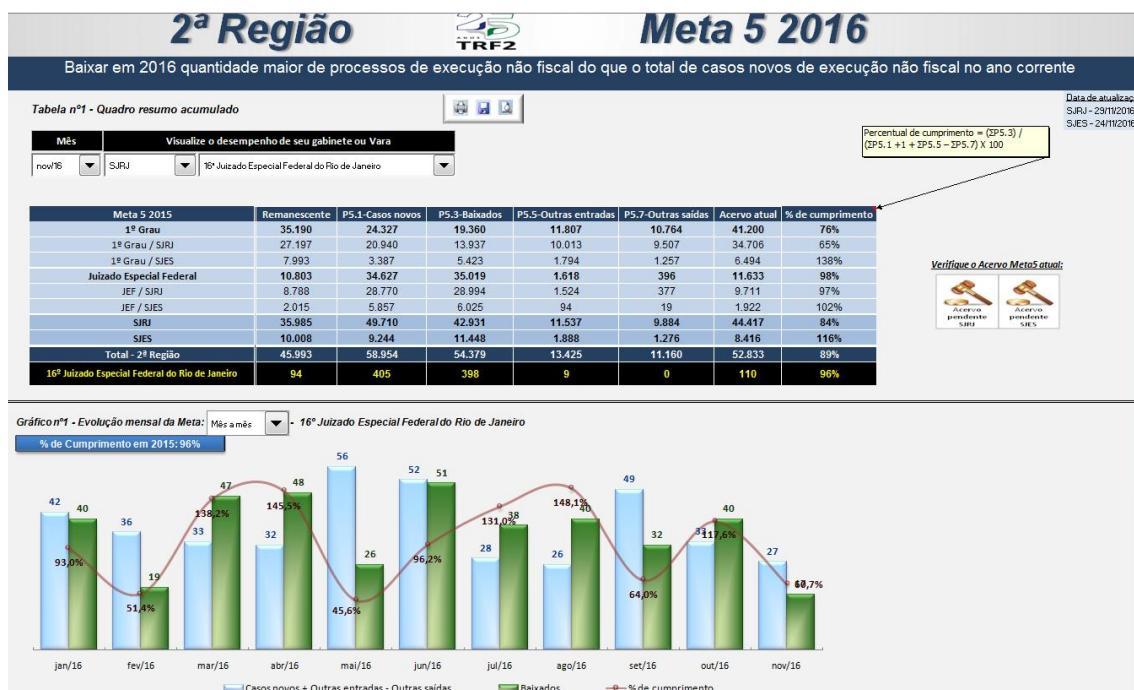


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 5/2016 - Impulsionar processos à execução.

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não-fiscal do que o total de casos novos de execução não-fiscal no ano corrente.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a novembro de 2016, o órgão correicionado cumpriu 96% da meta.



(quadro resumo atualizado até 29 de novembro de 2016)

Em novembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 121 processos no acervo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região  **Meta 5 2016**

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano

Dados referentes ao dia 29/11/2016

Voltar

De um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

| | | |
|------|--|-------------------------------------|
| Ano | 2016 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Mês | Novembro | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Vara | 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro | <input checked="" type="checkbox"/> |

| Acervo pendente SIRI | |
|------------------------|-------|
| Contar de Processo CNJ | |
| Juizo | Total |
| 1º Grau | 0 |
| Juizado | 121 |
| Total geral | 121 |

Foram verificados, por amostragem, os seguintes processos:

01322233020164025151 - sentença de homologação de acordo entre as partes proferida em 10/11/2016, com trânsito em julgado em 11/11/2016 (fls. 56 e 57). Despacho, em 25/11/2016, determinou a vista à parte autora do comprovante de depósito juntado aos autos e, após, que se aguardasse o prazo assinalado para cumprimento da obrigação de fazer pela parte ré (fl. 62). Consta, como último movimento, juntada de petição em 02/12/2016.

00977112120164025151 - sentença procedente proferida em 12/10/2016, com trânsito em julgado em 07/11/2016 (fls. 56/60 e 66). Despacho, em 09/11/2016, determinou a intimação do INSS para juntar planilha do montante devido à parte autora a título de atrasados e, após, a expedição de RPV em favor da parte autora e, por fim, oportunamente, retorno dos autos à conclusão (fl. 67). Consta, como último movimento, a devolução de remessa ao INSS em 18/11/2016.

00788854420164025151 - sentença parcialmente procedente proferida em 07/10/2016, com trânsito em julgado em 17/11/2016 (fls. 256/261 e 277). Consta, como último movimento, procedimento de execução de sentença em 22/11/2016.

00188269020164025151 - sentença procedente e concessiva de tutela antecipada proferida em 30/09/2016, com trânsito em julgado em



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

25/10/2016 (fls. 78/80 e 84). Despacho, em 07/11/2016, determinou a intimação da APSADJ para comprovar o cumprimento da tutela antecipada no que concerne à concessão do benefício previdenciário da autora e, com a comprovação, a intimação do INSS para juntar planilha contendo montante devido à parte autora a título de atrasados e, vindos os valores, a expedição de RPV em favor da autora, sem prejuízo da expedição do requisitório de pagamento em favor da Seção Judiciária, a título de ressarcimento dos honorários antecipados ao perito médico nomeado nos autos (fl. 85). Consta, como último movimento, a devolução de remessa ao INSS - AADJ em 21/11/2016.

00518227820154025151 - sentença improcedente proferida em 20/04/2016. Acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro conheceu do recurso inominado para dar-lhe provimento em 11/10/2016, com trânsito em julgado em 22/11/2016 (fls. 165/167, 197/200 e 202). Despacho, em 02/12/2016, determinou a intimação da APSADJ para comprovar o cumprimento do acórdão no que concerne à implementação do benefício previdenciário da cota de pensão por morte do autor e, com a comprovação, a intimação do INSS para juntar planilha contendo montante devido à parte autora a título de atrasados e, vindos os valores, a expedição de RPV em favor da autora (fl. 203). Consta, como último movimento, a remessa, carga para o INSS-AADJ por motivo de manifestação em 06/12/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas do TRF da 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

META 6/2016 - Priorizar o julgamento das ações coletivas.

Identificar e julgar até 31/12/2016 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

META 7/2016 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

META 8/2016 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas do TRF da 2^a Região, link CNJ.

➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2015 A 30/11/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 282 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 02/12/2015 e a última de 30/11/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios do Sistema Apolo e Questionário pré-correição.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS E VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)

Locais virtuais:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

- INICIAIS - AÇÕES CÍVEIS: sem documentos;
- INICIAIS - AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: sem documentos.

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos são diariamente retirados do balcão de entrada e encaminhados ao local virtual destinado a iniciais, de onde o servidor responsável pela análise da inicial pega para elaborar a minuta. Os processos em que se observa o periculum in mora têm prioridade na elaboração da minuta.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 07/12/2016, às 10:58.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Com 30 documentos, sendo os 06 mais antigos de 06/12/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 07/12/2016, às 11:00.

3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

| | |
|---------------|-------------------|
| Posição em | 30/11/2016 |
| Conclusão até | 29/11/2016 |

| Tipo de Conclusão | Processos | Perc. / Total |
|-------------------|-----------|---------------|
| Despacho | 0 | N/A |



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

| | | |
|--------------------|----------|------------|
| Decisão | 0 | N/A |
| Sentença | 0 | N/A |
| Total Geral | 0 | N/A |

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, de 30/11/2016, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

| | |
|----------------------|-------------------|
| Posição em | 01/12/2016 |
| Último Movimento até | 30/11/2016 |

| Parados há (intervalo de dias) | Processos | Perc. / Total |
|--------------------------------|-----------|---------------|
| Entre 31 e 60 | 60 | 100,00 |
| Mais de 60 | 0 | 0,00 |
| Total Geral | 60 | 100,00 |

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Entre 31 e 60 dias:

00572131420154025151 - 51001 - JUIZADO/CÍVEL. Autuado em 01/06/2015. Informação de Secretaria, em 31/07/2016, determinou a manifestação da ré sobre os cálculos, no prazo de 20 dias, devendo apresentar planilha em caso de impugnação, e, sem impugnação, a expedição de requisição nos moldes da Resolução nº 168 do CJF, intimando a parte ré para depósito. Intimação com registro no sistema em 01/08/2016. **Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré, 13/10/2016. Parado há 57 dias.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

00708430620164025151 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA.
Autuado em 31/05/2016. Sentença proferida em 04/10/2016 e publicada em 11/10/2016. Consta, como último movimento, certidão de decurso de prazo em 05/12/2016. Parado há 52 dias.

01172039620164025151 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA.
Autuado em 24/08/2016. Despacho, em 26/08/2016, deferiu prioridade na tramitação do processo e perícia médica com formulação de quesitos. Publicação em 01/09/2016. Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando realização de perícia em 17/10/2016. Parado há 53 dias.

01262673320164025151 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA.
Autuado em 14/09/2016. Despacho, em 20/09/2016, deferiu gratuidade de justiça e determinou perícia médica com formulação de quesitos. Publicação em 29/09/2016. Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando realização de perícia em 11/10/2016. Parado há 59 dias.

01343512320164025151 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA.
Autuado em 29/09/2016. Despacho, em 07/10/2016, deferiu gratuidade de justiça, indeferiu a tutela de urgência pretendida e determinou perícia médica com formulação de quesitos. Publicação em 18/10/2016. Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando realização de perícia em 25/10/2016. Parado há 45 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 09/12/2016.

5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Aguardando juntada, em 30/11/2016, 17 documentos, sendo todos de novembro/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 30/11/2016.

**6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR)**

Existem os seguintes locais virtuais para controle de prazo:

- PRAZO CEF: 19 documentos, sendo os 02 mais antigos de nº 0505811-94.2016.4.02.5151 e de nº 0094061-63.2016.4.02.5151, ambos de 17/11/2016;
- PRAZO DPU: 04 documentos, sendo mais antigo o de nº 0037798-45.2015.4.02.5151, de 28/10/2016;
- PRAZO ECT: 01 documento de nº 0140100-55.2015.4.02.5151, de 21/11/2016;
- PRAZO INSS: 75 documentos, sendo mais antigo o de nº 0100707-89.2016.4.02.5151, de 24/10/2016;
- PRAZO MPF: sem documentos;
- PRAZO P/ CONTESTAÇÃO (AÇÕES CÍVEIS): 55 documentos, sendo os 05 mais antigos de nº 0137734-09.2016.4.02.5151, nº 0129726-43.2016.4.02.5151, nº 0155462-63.2016.4.02.5151, nº 0155259-04.2016.4.02.5151 e nº 0505653-39.2016.4.02.5151, todos de 11/11/2016;
- PRAZO P/ CONTESTAÇÃO (AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS): 57 documentos, sendo os dois mais antigos de nº 0136620-



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

35.2016.4.02.5151 e nº 0113042-43.2016.4.02.5151, ambos de 04/11/2016;

- PRAZO P/ CONTRARRAZÕES: 14 documentos, sendo mais antigo o de nº 0060501-33.2016.4.02.5151, de 18/11/2016;
- PRAZO P/ RECURSO: 58 documentos, sendo mais antigo o de nº 0092702-78.2016.4.02.5151, de 18/11/2016;
- PRAZO PARTE AUTORA: 44 documentos, sendo os 03 mais antigos de nº 0159714-12.2016.4.02.5151, nº 0155696-98.2016.4.02.5101 e nº 0162950-69.2016.4.02.5151, todos de 23/11/2016;
- PRAZO PFN: 01 documento de nº 0106076-98.2015.4.02.5151, de 17/11/2016;
- PRAZO PRF-2^a REGIÃO: 02 documentos, sendo mais antigo o de nº 0089335-46.2016.4.02.5151, de 05/12/2016;
- PRAZO RPV/ALVARÁ: 13 documentos, sendo mais antigo o de nº 0081263-07.2015.4.02.5151, de 03/08/2016;
- PRAZO UNIÃO FEDERAL: 02 documentos, de nº 0140266-53.2016.4.02.5151 e nº 0130063-32.2016.4.02.5151, ambos de 25/11/2016;
- PRAZOS DIVERSOS (OUTROS RÉUS): 04 documentos, sendo mais antigo o de nº 0127247-14.2015.4.02.5151, de 28/11/2016.

Visto em dezembro/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais. Posição em 07/12/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existe o seguinte local virtual para cumprimento de ordem:

- ESCANINHO CADASTRAR PRECATÓRIO: sem documentos;
- ESCANINHO CITAÇÃO: 04 documentos, sendo os 02 mais antigos de nº 0505757-31.2016.4.02.5151 e nº 0505976-44.2016.4.02.5151, ambos de 01/12/2016;
- ESCANINHO CONFERIR RPV: sem documentos;
- ESCANINHO EXPEDIR RPV - INSS: 05 documentos, sendo mais antigo o de nº 0104284-12.2015.4.02.5151, de 02/12/2016;
- ESCANINHO EXPEDIR RPV - UNIÃO E OUTROS: 01 documento de nº 0505417-87.2016.4.02.5151, de 06/12/2016;
- ESCANINHO INTIMAÇÕES - DECISÕES/DESPACHOS ASSINADOS: 37 documentos, sendo todos de 06/12/2016;
- ESCANINHO INTIMAÇÕES - SENTENÇAS ASSINADAS: 09 documentos, sendo todos de 06/12/2016;
- ESCANINHO PROCESSOS PARA PUBLICAR: 78 documentos, sendo todos de 06/12/2016;
- ESCANINHO REMESSA E PROCESSAMENTOS DIVERSOS: 75 documentos, sendo os 02 mais antigos de nº 0505447-25.2016.4.02.5151 e nº 0122038-30.2016.4.02.5151, ambos de 28/11/2016;
- EXPEDIR MANDADO/OFÍCIO/CARTA: sem documentos;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

- EXPEDIR SPH (SOLICIT. PGTO.HONOR.PERICIAIS): sem documentos;
- EXPEDIR TELEGRAMA: 02 documentos, sendo os 02 de nº 0506255-64.2015.4.02.5151 e nº 0505745-17.2016.4.02.5151, ambos de 06/12/2016.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário). Posição em 07/12/2016.

**8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 e seguintes da CNCR)**

| Posição em | 30/11/2016 |
|--------------------|-------------------|
| Tipo de Segredo | Processos |
| Absoluto | 0 |
| Sistema | 0 |
| Documento | 0 |
| Total Geral | 0 |

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**9. PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR)**

| | | |
|---------------------------------|-----------|--------------------------|
| Total Geral de Boletins Gerados | Período | 12/2015 a 11/2016 |
| | Processos | 6.915 |
| | Boletins | 89 |



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

| | | |
|--|--------------------------------|--------------|
| | Média (Proc. / Bol.) | 77,70 |
| | Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.) | 5,16 |

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 06/12/2016.

10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Consta 01 processo com prazo vencido, na seguinte situação:

| Processo | Destino | Data de Remessa | Data final do prazo | Dias vencidos |
|---------------------------|---------|-----------------|---------------------|---------------|
| 0032333-60.2012.4.02.5151 | NATP | 29/09/2016 | 28/11/2016 | 03 |

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 01/12/2016.

11. SUSPENSÃO DE PROCESSOS

a) Total de processos suspensos (em 30/11/2016): 277

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.^o 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 1

01401031020154025151 - determinada a suspensão do feito em 17/11/2015, conforme decisão proferida no REsp n^o 1.381.683-PE. A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”.

b) Cumprimento precatório/RPV: 02

00812630720154025151 – determinada a suspensão do feito em 19/06/2016, reiterada em 07/07/2016, até comunicação do TRF2 do depósito do precatório;

00891547920154025151 - determinada a suspensão do feito em 08/08/2016, reiterada em 01/09/2016, até comunicação do TRF2 do depósito do precatório.

c) Outros – fase /processo de execução: 01

00170313920154025101 - determinada a suspensão do feito em 20/04/2016, reiterada em 20/05/2016, até comunicação do TRF2 do depósito do precatório. **A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outros – fase /processo de execução”, ao invés do motivo específico “Cumprimento precatório/RPV”.**

d) Processo suspenso por Recurso Extraordinário com repercussão geral: 01

05055840720164025151 - determinada a suspensão do feito em 13/06/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE. **A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Processo suspenso por Recurso Extraordinário com repercussão geral”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”.**

e) Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º): 272



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º)”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”, nos seguintes processos:

00072547420154025151 - determinada a suspensão do feito em 09/02/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE;

00316008920154025151 - determinada a suspensão do feito em 31/03/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE;

00226358820164025151 - determinada a suspensão do feito em 04/03/2016, reiterada em 09/03/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE;

00469443220164025101 - determinada a suspensão do feito em 12/04/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE;

01397624720164025151 - determinada a suspensão do feito em 14/10/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 30/11/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 05/12/2016.

12. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.736

a. Resolução de mérito:

- i. Com Resolução de Mérito - Concedido(a) em parte: 03
- ii. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- iii. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 13
- iv. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 09
- v. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 39
- vi. Com Resolução de Mérito - Extinta a Punibilidade por prescrição, decadência ou perempção: 02
- vii. Com Resolução de Mérito - Homologada a Transação: 184
- viii. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 408
- ix. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 227
- x. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 332
- b. Concedida em parte a Antecipação de Tutela: 01**
- c. Convertida em Diligência: 06**
- d. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 68**
- e. Determina Intimação: 07**
- f. Embargos de Declaração**
 - i. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 03
 - ii. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 02
- g. Proferido despacho de mero expediente: 05**
- h. Resolução de mérito:**
 - i. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 21
 - ii. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 25
 - iii. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 28
 - iv. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 61
 - v. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida: 04
 - vi. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida Parcialmente: 01
 - vii. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida: 02
- i. Sem Resolução de Mérito: 188**



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

- i. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 13
- ii. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 05
- iii. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 18
- iv. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por negligência das partes: 03
- v. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 04
- vi. Sem Resolução do Mérito - Indeferida a petição inicial: 25
- vii. Sem Resolução do Mérito - Indeferimento de Petição Inicial: 01

j. Vazias: 15

13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.^o 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.^o 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0505509-02.2015.4.02.5151

0505129-42.2016.4.02.5151

0074690-50.2015.4.02.5151



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

**0010152-26.2016.4.02.5151
0010093-72.2015.4.02.5151
0003648-04.2016.4.02.5151
0046486-93.2015.4.02.5151
0010896-21.2016.4.02.5151**

2. Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

**0005118-70.2016.4.02.5151
0000290-31.2016.4.02.5151
0004627-63.2016.4.02.5151
0009316-53.2016.4.02.5151
0025050-44.2016.4.02.5151
0032978-46.2016.4.02.5151
0038805-38.2016.4.02.5151
0043932-54.2016.4.02.5151**

3. Sentenças tipo B2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

**0505379-75.2016.4.02.5151
0098154-69.2016.4.02.5151
0000021-89.2016.4.02.5151
0054605-09.2016.4.02.5151
0162506-70.2015.4.02.5151
0005171-51.2016.4.02.5151
0001800-79.2016.4.02.5151
0005067-59.2016.4.02.5151**

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

**0077268-49.2016.4.02.5151
0024955-14.2016.4.02.5151
0008573-43.2016.4.02.5151
0001428-86.2016.4.02.5101
0001804-19.2016.4.02.5151
0505768-60.2016.4.02.5151
0505705-69.2015.4.02.5151
0124972-58.2016.4.02.5151**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição em 07/11/2016.

**14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

O questionário pré-correição informou que

“Os processos são separados por assunto e distribuídos aos servidores. As sentenças são minutadas observando-se a ordem cronológica, priorizando-se: a) os processos que envolvam periculum in mora; b) os processos que tenham prioridade idoso; c) as sentenças de extinção e d) as sentenças de embargos.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.

15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Segundo o questionário pré-correição, a organização do gabinete é “feita de acordo com a prioridade e a ordem cronológica”, não havendo “processos com pedidos urgentes (liminares, antecipações de tutela) pendentes de análise.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.4 e 3.3.5.

**16. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)**

| Processos | 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro | | | Trâmite | Recurso Turma Recurs | Total |
|--------------|---|--------------|---------------|------------|-----------------------------|--------------|
| | | Com Sentença | Não Informada | | | |
| | | | | 203 | 345 | 548 |
| Total | | | | 203 | 345 | 548 |

Fonte: Portal de Estatísticas da 2^a Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 30/11/2016.

**17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO
(de 01/10/2015 a 30/09/2016)
(Art. 217, II, da CNCR)**

- Total de requisições: 538
- Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 110 dias.

- RPV Juizado Especial: 535

- . Cadastrados: 32
- . Conferidos: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

. Enviados: 503

- Precatórios (Parcela única): 03

- . Cadastrados: 01
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 02

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 30/11/2016.

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com informação do questionário pré-correição, este item “não se aplica”. No mesmo sentido, o mapa estatístico demonstrou a inexistência de registro de bens penhorados, conforme a seguir se verifica.

The screenshot shows two windows. The top window is titled 'Consulta de Bens Penhorados' and has fields for 'Seção' (51), 'Processo', 'CPF/CNPJ', 'Vara' (5116, 16º Juizado Especial Federal, Intervalo), 'Nome do Executado', 'Nome do Fiel Depositário', 'Tipo do Bem', and 'Descrição do Bem Penhorado'. A checkbox at the bottom is checked. The bottom window is a 'Error' dialog box with a red X icon, displaying the message 'Não foi encontrado nenhum item com os dados informados.' and an 'OK' button.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 30/11/2016.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.^o 63, de 16/12/2008, n.^o 30, de 10/02/2010, e n.^o 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.^o 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.^o 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de acautelamentos/apreensões: 03, sendo 01 ativo e 02 baixados.

O questionário pré-correição informa a inaplicabilidade do item ao órgão correicionado.

Desta forma, não foram analisados processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e questionário pré-correição, item 3.5 .

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

O questionário pré-correição informou que não foram verificadas irregularidades.

Da mesma forma, o Relatório de Inspeção Anual assentou que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

“Os livros e pastas obrigatórios foram objeto de inspeção, não sendo constatadas irregularidades.

Verificou-se não existir reclamação de partes ou advogados registrada em livro próprio no período compreendido entre a instalação do Juizado e a inspeção atual.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5, e Relatório de Inspeção Anual, item 4 (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06311, de 30/06/2016).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição,

“As instalações físicas e mobiliários são novos, uma vez que o Juizado foi instalado em 16/12/2014 e as atividades tiveram início em 07 de janeiro de 2015.”

Por sua vez, o Relatório de Inspeção Anual informou que:

“As instalações físicas e o mobiliário são novos. Contudo, há computadores com problemas, exigindo a abertura de chamado para o setor de informática.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 4, e Relatório de Inspeção Anual, item 14 (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06311, de 30/06/2016).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o juízo correacionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

- Metas de curto prazo (3 meses): julgar os processos de 2015, pendentes de julgamento, excetuando-se os suspensos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

- Metas de médio prazo (6 meses): baixar um número maior de processos do que o número que entra mensalmente;
- Metas de longo prazo (1 ano): julgar a maior parte dos processos ajuizados em 2016.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641